

Dossiê

A colonialidade do português em Moçambique: embate no desenvolvimento das línguas bantu

Luis Ausse¹ 

Águeda Cristóvão Simão² 

João Claudio Arendt¹ 

RESUMO:

A Constituição da República de Moçambique defende a valorização das línguas moçambicanas de origem bantu, um cenário de planificação linguística que, a priori, mostra-se favorável ao seu desenvolvimento e ao seu ensino. Porém, o fosso entre essas línguas locais e a língua portuguesa demonstra-se maior, já que essa última é tida como língua de ensino, de unidade nacional e de caráter administrativo, o que lhe confere um estatuto forte diante das restantes. Nesse âmbito, o presente artigo objetiva discutir aspectos da política linguística instituída no país, cujos resultados mostram que, dada a hegemonia do português, a percentagem de falantes desse idioma vai aumentando ano a ano, com a implantação de instituições de controle linguístico, o que vai eternizar a colonialidade do poder, do saber e da linguagem, consubstanciada no epistemocídio e no linguicídio, e, consequentemente, na eliminação da cultura do povo local. Portanto, ensinar, promover e manter as línguas nativas dos povos é uma questão de direito humano, já que as línguas naturais são uma realidade constituída coletivamente e é na comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de unidade, identificação, comunicação e expressão criadora. Deve-se defender o direito de todas as comunidades linguísticas como iguais, independentemente do seu estatuto jurídico (UNESCO, 1996).

Palavras-chave: Colonialidade. Eurocentrismo. Línguas Bantu. Português.

Recebido em: 24/08/2024

Aceito em: 23/11/2024

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

E-mails: luis.kwitende74@gmail.com; joaoarendt@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.

E-mail: wupilemasimosya@gmail.com

Como citar:

AUSSE, Luis; SIMÃO, Águeda Cristóvão; ARENDT, João Claudio. A colonialidade do português em Moçambique: embate no desenvolvimento das línguas bantu. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 66, e64363, jan.-abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i66.64363.pt>

Introdução

A unidade nacional é a palavra de ordem na construção da nação moçambicana, um *slogan* cultivado nos meandros políticos, desde a luta armada pela libertação de Moçambique. O português até então era definido como língua de unidade nacional, mas a manutenção dessa conquista “épica” nunca foi pacífica, pois se assenta na histeria da sociedade de soberania, que é:

A colocação de todo o *socius* das línguas autóctones em situação de sacrifício permanente, tendo em conta a invisibilidade transcendental para o soberano [língua portuguesa] e a visibilidade sacrificada da vida nua das línguas bantu; o que confere ao soberano o direito à vida e morte sobre a vida nua da maioria das línguas bantu (Soares, 2016, p. 23-24).

O estatuto conferido ao português, por lei, faz com que ele se elitize a ponto de se sobrepor às outras línguas faladas no país. Isso é acentuado quando há uma procura enorme pelo aprendizado da língua portuguesa, o que dá continuidade ao movimento assimilacionista acontecido no passado colonial. O “candidato à categoria de assimilado devia ter 18 anos, provar que falava corretamente o português e que tinha meios de sustentar a si e à sua família” (Gómez, 1999, p. 52). Essa posição realçava a colonialidade do saber e do poder, reduzindo o valor das outras formas do saber linguístico africano.

Na sequência,

os vários modos da chamada assimilação luso-africana [...] adquirem um relevo tal que acabam deixando em discreto ou subentendido segundo plano os aspectos estruturais e constantes de assenhoreamento e violência que marcaram a história da colonização (Bosi, 1996, p. 20).

Para um leigo, a assimilação pode até parecer um processo fácil ao africano no seu cotidiano em interação com o colonizador, desde o modo de se vestir e comer, até o uso das línguas europeias. No entanto, para as comunidades locais, a realidade é muito diversa.

Atualmente, o contexto sociolinguístico moçambicano é caracterizado por uma significativa diversidade linguística. O dia a dia da maioria da população rural é vivido e significado em línguas africanas do grupo bantu, que são idiomas maternos. O português é a única língua oficial, segundo a Constituição da República de 2004, em seu artigo 10. Em contrapartida, o artigo 9 determina que “o Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”. Esse preceito, no entanto, não passa de uma falácia, uma vez que não se verificam esforços significativos para a proteção e a promoção dessas línguas.

Em uma língua, a narrativa performática é um evento em que o autor é sujeito e está intimamente vinculado a ela e ao momento da sua narração. Na sequência, “a narrativa performática traça um roteiro, que é preciso ter em conta as condições da sua produção, as tensões sócio-históricas e discursivas, a subjetividade e memória individual do autor e rotura de estereótipos” (Ravetti, 2002, p. 47).

Os diferentes espaços de fala de diferentes línguas – português e/ou línguas bantu – tornam-se lugares contraditórios – o que chamamos de submundos linguísticos – e representam fronteiras cambiantes, uma vez que trocamos de língua constantemente. Adiante, isso dificulta não só uma boa aquisição do português para os aprendentes, como também propicia problemas de manutenção das línguas maternas, causando, de certa maneira, um fosso para os traços linguísticos das línguas bantu, a ponto de emergirem marcadores identitários, uma vez que as estruturas sintáticas das línguas bantu são totalmente diferentes das do português.

Assim, o presente estudo é um roteiro pensado tanto a partir das experiências pessoais, tomando em conta as desigualdades que, em termos de Linguística histórica, o superstrato produz sobre as línguas menores¹, no caso em apreço das línguas moçambicanas, quanto da contraditória relação sócio-histórica dos alunos que frequentam as escolas moçambicanas e das populações das regiões rurais que devem participar de vários processos políticos, econômicos e sociais da construção da nação.

As nossas experiências tanto de docência, quanto de pesquisa, são carregadas de conflito interno (por que o bilinguismo forçado?), como acontece também com os aprendentes, sejam eles alunos das escolas moçambicanas ou cidadão comuns. A perpetuação do português como língua com uma escrita convencional eterniza o etnocentrismo, sujeitando ao esquecimento a cultura bantu e as suas línguas nativas, porque a hegemonia da escrita tende a manter a colonialidade do poder e do saber. Recordemos que os saberes ancestrais africanos estão e/ou se encontram expressos em alguns rituais, no som do tambor/batuque, nas incisões corpóreas, na dança, nos gestos, em alguns sons bocais, entre outros.

Para além dos traumas atuais que causam as intrusões de matriz do poder colonial e da institucionalização do português pela nação moçambicana, persistem traumas do passado colonial. “Parte do projeto colonizador consistiu em desacreditar os meios autóctones de preservação e comunicação do conhecimento histórico” (Taylor, 2002, p.17). De fato, o passado colonial foi vivenciado pela manipulação e pelo desacreditamento dos heróis, das vitórias e das narrativas ancestrais dos povos originários, considerados selvagens e atentatórios à civilização europeia.

A existência de uma única língua oficial num país com mais de vinte línguas bantu coloca em vantagem a língua portuguesa, deixando aquelas para o último plano. O português é usado nos vários processos administrativos, na justiça, em processos eleitorais, nos serviços públicos, nas *banjas*², o que deixa as línguas moçambicanas de origem africana em desvantagem, perpetuando a colonialidade da linguagem.

¹ Línguas menores é um termo usado para nos referirmos às línguas bantu, diante do estatuto conferido ao português pela constituição moçambicana.

² Palavra bantu que significa reuniões, geralmente convocada por organismos políticos baseados na comunidade.

Esse fenômeno propicia a observância de um espaço imaginário ou virtual que manifesta a colonialidade do saber em disputa com os saberes linguísticos locais, ignorados ou reprimidos e violentados pelas estruturas de matriz do poder colonial, o que também se chama de diferença colonial, que vem a ser

[...] o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto entre duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (Mignolo, 2003, p.10).

Assim, a Constituição da República de Moçambique (CRM), ao instituir o português como língua oficial, está forçando a implementação de um projeto global – a expansão do português no mundo. Portanto, é preciso ter a plena consciência de que a globalização é o ponto mais alto de um processo que tem início com a “constituição [...] do capitalismo moderno e eurocentrismo como um novo padrão do poder mundial. Um dos eixos (...) é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça” (Quijano, 2005, p.117).

A “ideia de raça” reside no fetichismo vinculado à classificação biológica e hierarquizante, codificando-se nas dicotomias conquistador/conquistado e superior/inferior. Por isso, todas as línguas faladas pelo conquistado são reduzidas a estatuto menor. Consequentemente, em Moçambique, para além da fragilidade das políticas linguísticas, foram instituídas algumas estruturas de controle de poder, que visam a vigiar a supremacia linguística e à consecução do padrão do português europeu – marca de eurocentrismo.

Retomando a ideia de Mignolo, a diferença colonial do mundo moderno é o lugar (físico ou imaginário) onde “se articula o ocidentalismo, com o seu dominante discurso abstrato e romântico do mundo colonial/moderno” (Mignolo, 2003, p. 85), que gera a repressão dos vários projetos linguísticos locais. Os governos africanos, não se apercebendo da escalada do controle do poder mundial das instituições sociais, econômicas e políticas, continuam implementando ações linguísticas manipuladas pelo capitalismo, chamando-as de parcerias.

O espaço físico ou imaginário em que se manifesta a colonialidade do poder, como já dissemos, não é tranquilo, porque está em constante tensão de forças entre o padrão, como ente que controla todos os marcadores identitários produzidos pelas variações, e os falares locais, que são as línguas bantu ou um possível português condimentado por um léxico bantu (o que se chamaria de português moçambicano). A dúvida na designação advém da ausência de um instrumento linguístico que legitime tal designação. Para nós, essa legitimação é sempre enfraquecida ou interceptada pelas estruturas de poder.

Alguns estudos do passado (Borstel, 1992; Damke, 1997; Weinreich, 1953) denominaram a tensão linguística que acontece no espaço físico ou imaginário como contato linguístico ou línguas em contato. Esse espaço também é conhecido de zona de contato. A zona de contato “são espaços sociais nos quais as culturas se encontram, se chocam e se enfrentam normalmente em contextos de relações de poder altamente assimétricas, como o colonialismo, o escravagismo ou suas consequências vivenciadas em muitas partes do mundo” (Pratt, 1991, p. 37, tradução nossa). Portanto, este estudo vem reforçar a discussão desses confrontos ou choques culturais, no caso em apreço do português e das línguas bantu, partindo do pressuposto de que a língua é um instituto cultural.

Os choques e confrontos que acontecem nesse espaço físico ou imaginário, também designados de embates, geram o enfraquecimento do desenvolvimento ou do planeamento e da manutenção das línguas bantu. Ou seja, há um medo (linguofobia) que as estruturas de poder têm em deixar que haja um contato entre o português e elas, colocando no meio o parâmetro padrão como um aspecto hierarquizante. Sobre a situação do medo do contato linguístico, podemos ponderar que “[...] por toda parte, o homem evita o contato com o que lhe é estranho. À noite ou no escuro, o pavor ante o contato inesperado pode intensificar-se até o pânico [...]” (Canetti, 2019, p. 11). Portanto, toda a imanente criação do padrão do português europeu dita a marcação de um distanciamento entre este e as línguas africanas de origem bantu, criando uma fronteira linguística.

Dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) mostram que, de 1980 a 2017, houve uma diminuição drástica dos falantes das línguas bantu como línguas maternas. Dos 98,8% de moçambicanos que falavam uma língua bantu, o último recenseamento de 2017 registrou 81,2%. Em parte, o alargamento da rede escolar com a implantação de novas escolas em localidades em que antes não existia uma escola tem sido um fator preponderante para que isso aconteça, sobretudo quando o ensino é monolíngue. Esse fenômeno é um indicativo de que nos próximos trinta anos a língua portuguesa possa tornar-se mais forte, de tal forma que asfixiará a sobrevivência das línguas africanas de origem bantu faladas em Moçambique.

Diante dessa situação, precisamos reverberar as políticas linguísticas aplicadas em Moçambique e observar quais os possíveis caminhos para a valorização das línguas moçambicanas de origem bantu ameaçadas. É preciso levar em conta que “as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras geopolíticas” (Oliveira, 2016, p. 68). Não é por acaso que a maioria das línguas faladas em Moçambique também são faladas nos países que fazem fronteira com o país. As fronteiras linguísticas não só desempenham um papel importante para impedir a incorporação de palavras novas, mas também adiam e dificultam a desintegração da língua. É essa a visão daqueles que defendem o purismo linguístico. Mas o óbvio é que a língua evolui no tempo e no espaço, sob influência da sociedade.

Existem controvérsias quanto às línguas faladas em Moçambique, pois não se conhece ao certo o número de línguas nacionais. Sitoé e Ngunga (2000) relatam a existência de 20 línguas moçambicanas de natureza bantu, e estudos posteriores (*Ethnologue*) a esse revelam um atlas de 43 línguas bantu, sendo que de Bavo e Ngunga (2011) registraram 22 línguas moçambicanas de origem bantu, incluindo a língua de sinais. Isso acontece, por um lado, pelo diminuto número de estudos feitos nessa área, perpetuados pela colonialidade, e, por outro, pela existência de um censo relativamente enganoso, uma vez que esse indicador vem muitas vezes omissos.

A desigualdade linguística em Moçambique resulta do controle das estruturas de poder e não precisamente da incompetência das línguas locais. Até porque já se desenvolveram alguns trabalhos de descrição dessas línguas, começando pelos estudos de Ngunga (1987, 2002, 2004) e sobre a padronização ortográfica (Nelimo, 1989; Ngunga; Faqui, 2011). Esses instrumentos dão a compreender a possibilidade de trabalhar para que as línguas autóctones não se extingam ao longo do tempo, ou seja, num espaço de 30 anos.

Para que tal não aconteça, na perspectiva de uma política linguística, julgam-se necessárias, por exemplo, a construção e a implementação de propostas de intervenção: que o ensino escolar seja em línguas bantu ou pelo menos bilíngue, para que se possa atender aos alunos provenientes de zonas rurais que possuem diferentes níveis de experiências culturais e epistemologia própria; que os linguistas moçambicanos invistam em várias pesquisas sobre a descrição das línguas; desenvolver estudos lexicográficos e lexicológicos, tendo em conta as situações multilingues e multiculturais; que se descolonize o ensino da língua e a linguagem como forma de enfrentamento aos embates linguísticos; que se construa um atlas linguístico consentâneo para que se possa saber com exactidão o número de línguas moçambicanas de natureza bantu.

Outrossim, a educação em línguas moçambicanas permitirá eliminar o descaso que essas foram colocadas pela falta de clareza na geopolítica moçambicana, muito embora os instrumentos reguladores (Constituição da República de Moçambique de 1990 e a Lei nº 18/2018) defendam a valorização das mesmas.

Instituições linguísticas e conflito de colonialidade

Portugal, face à ameaça crescente das fronteiras linguísticas, vem colocando instituições de controle de matriz linguística que se configuram em colonialidade de poder e de saber, destacando-se o Instituto Camões, o Instituto Luso-moçambicano, o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, o Visa Beira, o Instituto de Línguas e o Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Todos visam à vigia e à salvaguarda dos seus interesses.

O Instituto Camões, por exemplo, está implantado em quase todas as províncias moçambicanas, onde estão sediadas as Universidades

Púngue, Rovuma, Save e Pedagógica, o que podemos chamar de sentinelas linguísticas. Ainda para manter a hegemonia, atribui bolsas de estudo a funcionários e melhores alunos dessas universidades para estudarem em algumas universidades portuguesas. Esse fenômeno objetiva não só difundir o português-padrão, como também produzir alguns intelectuais moçambicanos com traços da cultura portuguesa. Ou seja, cultiva-se uma nova forma de os tornar pelo menos símiles e/ou aculturados. Teoricamente, “aculturar a um povo se traduz, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior” (Bosi, 1996, p. 10).

Para além desse cenário, assiste-se a um regresso silencioso e frenético das antigas potências colonizadoras à África, o que é manifestado pelo chancelamento da criação de blocos regionais de antigas colônias, nomeadamente: o CEDEAO, na região de África Ocidental, associado a quase todos os países africanos de expressão francesa; o Commonwealth, constituído por países africanos de expressão inglesa; e o PALOP que envolve países africanos de expressão portuguesa.

Na verdade, esses blocos, essencialmente, são de matriz de poder colonial, uma vez que o que se observa não é o trato mercantilista igual ao modo como os africanos foram enganados no momento do apadrinhamento pelos antigos “donos”. É mais um tratado linguístico que visa a manter as estruturas de controle e de poder, o que mantém o carácter reiterado da colonialidade. As crianças nascidas nesses países deparam-se com estruturas elitistas das línguas europeias concebidas, e se observa uma corrida para a sua aquisição. Essas organizações regionais são um espaço onde se opera a diferença colonial e funcionam como zona de contato onde se conflituam várias forças sociais.

Manter essas instituições é, sem dúvidas, perpetuar os símbolos da matriz do poder colonial e auxiliar o epistemicídio, que vem a ser “um instrumento que se constitui pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (Carneiro, 2005, p. 96). Por isso, é preciso romper essa opressão, tal como prevê o materialismo-dialético, que não só alerta para a questão racial, mas também pauta para uma rotura e serve como um instrumento de vanguarda e/ou enfrentamento. Na atualidade, alguns teóricos relatam que os verdadeiros ideais da democracia não se apresentam de forma distanciada daqueles historicamente excluídos. Na essência, “a colonização é um projeto totalizante, cujas forças motrizes poderão [ou podem] buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (Bosi, 1996, p. 9).

As lutas de libertação da África (Pan-africanismo), bem como de outras frentes socialistas, revolucionaram pela libertação de muitas nações do mundo inteiro do jugo fascista, perpassando várias épocas e gerações. Essa corrente impulsionou bastante aqueles que desejavam uma nova ordem e postura social. Daí, que é necessário repensar essa ordem

É preciso que se tenha coragem para desenvolver novas visões sobre as línguas nacionais. O anarquismo político, a reação cultural baseada no artefato da língua, o purismo linguístico radical e as instituições linguísticas excêntricas instaladas no país e no continente têm o apoio do apelo publicitário. A doutrina só precisa ser geral, segura de si, universal e imperativa em todas as línguas, sem distinção. O que é intolerável é a tentativa de não escapar à repressão linguística e à imposição de padrões.

A anarquia política, o artefato da língua e a constituição do português como uma língua de estatuto forte não só objetivam a morte das culturas locais, como também

[...] a anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimização do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima, pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2005, p. 97).

Por considerar excêntrica a doutrina que apregoa o purismo linguístico e o uso da norma culta, o escritor José Saramago já afirmou que não existe língua portuguesa, mas línguas em português. Essa afirmação reflete uma nova visão sobre a não hegemonização do português, pois se desfaz da sua essência à medida que vai galgando fronteiras e regiões, gerando novos ecossistemas linguísticos.

Há necessidade de se alterar o estatuto do português, por um lado, dando primazia às línguas nacionais de origem bantu, tal como são administradas nos países vizinhos de Moçambique, que desde cedo viraram a pirâmide linguística conferindo-lhes um estatuto bidimensional, e, por outro, deve-se reduzir a criação das instituições *umbrela*.

A Tanzânia, desde cedo, percebeu que era necessário seguir um modelo de educação dos países do terceiro mundo, inspirado pela ideologia de Paulo Freire. Os guerrilheiros que conduziram a luta armada de libertação de Moçambique foram forjados naquele território, e alguns deles estiveram inseridos em escolas tanzanianas, nomeadamente, Masonya, Tunduro e Bagamoyo. Porém, pecam por não terem trazido esse modelo, talvez por causa da situação ideológica da própria Frente de Libertação de Moçambique diante da utopia de unidade nacional, que naquela altura visava a resolver a questão das diferenças linguísticas usadas pelo sistema colonial como máquina de aproveitamento para fraquejar os moçambicanos.

Faz tempo que as mentes africanas já haviam se apercebido da sua negação e de sua coisificação pelos europeus. Em 1976, 44 crianças negras manifestaram-se contra a qualidade de ensino na África do Sul. Elas queriam aprender na sua língua nativa. Todas elas foram massacradas pelo regime minoritário do *Apartheid*. A resistência ao epistemicídio gerou muitas vezes um descaso na negociação, o que obrigou alguns africanos a enveredar por um engajamento em todas as regiões:

A população ganense sempre alimentou forte consciência da ancestralidade de sua história e muito orgulho da nobreza de suas tradições religiosas e culturais. Em consequência, foi constante sua oposição a todo tipo de colonização. James Aggrey, considerado um dos percursores do nacionalismo africano e do moderno pan-africanismo, fortaleceu significativamente este sentimento. Ele teve grande relevância política como educador de seu povo. Para libertar o país – pensava ele à semelhança de Paulo Freire – precisamos, antes de tudo, libertar a consciência do povo. Ela vem sendo escravizada por ideias e valores antipopulares, introjetados pelos colonizadores (Boff, 1997, p.5).

Esses fatos não só aconteceram neste país, mas, também, um pouco por toda África, porque a imposição da cultura estranha sempre foi incômoda. Por conta da repressão, alguns povos foram cedendo, adotando a língua estrangeira como sua e, em contrapartida, as línguas indígenas eram consideradas dialetos, enquanto se distanciavam do português em todas as suas estruturas sintáticas, lexicais e pragmáticas. Não são poucas as vezes que ouvimos até alguns acadêmicos moçambicanos designarem como dialetos os idiomas de natureza bantu. Deve-se, portanto, consciencializar as massas para uma independência linguística e descolonizar a linguagem, tal como aconteceu no passado, quando lutaram para as independências das nações africanas.

A tática de ridicularização das línguas foi intensa na noite colonial. Com efeito, os colonizadores, para ocultar a violência de sua conquista, impiedosamente desmoralizavam os colonizados. Afirmavam, por exemplo, que

os habitantes da Costa do Ouro [Gana] e de toda a África eram seres inferiores, incultos e bárbaros. Por isso mesmo deviam ser colonizados. De outra forma, jamais seriam civilizados e inseridos na dimensão do espírito universal. Os ingleses reproduziam tais difamações em livros. Difundiam-nas nas escolas. E propalavam-nas em todos os atos oficiais (Boff, 1997, p.5).

O problema é que na mente dos colonizados ficou cravado que as tradições, línguas, divindades, e heróis africanos eram selvagens e bárbaros. Essa forma de tratamento tem marcas até os dias de hoje. Por isso, a questão que se coloca é: será que não há uma contribuição que a África, hoje em dia, possa trazer para as epistemes universais?

Em resposta a essa questão, podemos ponderar que o problema do Ocidente está para além da falta de inspirações na criatividade artística

e que “na África existem *experts* no telurismo que se poderia aproveitar para nos retirar da crise ecológica” (Latouche, 2013, p. 176), já que há especialistas em relações sociais e resolução de conflitos. Esse fato remete a uma descentralização cognitiva.

Vale a pena relembrar que, ao fazer essas ponderações, não queremos desmerecer o papel social que essas instituições exercem. Pelo contrário, a ideia é apontar o quanto perpetuam a matriz do poder colonial e a aplicação de epistemicídio, que consiste na manipulação do sujeito a ser formado em instituições ocidentais, concedendo-lhe bolsas nas quais os temas a serem abordados têm sido (em muitos casos) genuinamente de linha eurocêntrica. Casos há em que são recusados temas decoloniais pelos orientadores dos alunos.

O contexto educacional moçambicano mais recente, amarrado pelas estruturas de controle de poder e do carácter reiterado de colonialidade, foi a incorporação das línguas estrangeiras ao novo currículo moçambicano do ensino básico de 2004, nomeadamente as línguas inglesa e francesa. Esse projeto teve fracasso, porque, por um lado, trazia mais carga aos interesses dos alunos, ainda que forçados pela ideia de globalização ou integração à região; por outro, não houve mudanças significativas em termos de execução dessas línguas. Muitos dos alunos graduados no ensino básico pouco sabiam ou sabem se expressar nessas línguas. O interesse por essas línguas mostrou-se baixo, o que obrigou o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano à descontinuidade do pacote curricular.

O pretexto de adesão de Moçambique à *Commonwealth* foi por pressões econômicas e nunca se pensou que a designação desse grupo fosse mais do ponto de vista linguístico, do que econômico. A pressão foi mais mercantilista pelo fato de os países que circundam Moçambique terem economias relativamente estáveis.

Há, nesse sentido, a permanência de instituições culturais, como é o caso do Centro Cultura Franco-Moçambicano, que praticamente se dedicam à imortalização da cultura francesa. O Instituto de Línguas é outra instituição que se dedica ao estudo e aprendizagem de línguas estrangeiras, nomeadamente, francês, espanhol e inglês, cuja expansão teve ímpeto na década de 2000. É também marca nítida de colonialidade.

É preciso, portanto, que nos libertemos das amarras dessas instituições. Uma libertação,

Significa a ação que liberta a liberdade cativa. É só pela libertação que os oprimidos resgatam a auto-estima. Refazem a identidade negada. Reconquistam a pátria [moçambicana] dominada. E podem construir uma história autônoma, associada à história de outros povos livres (Boff, 1997, p. 7).

No plano internacional, a Microsoft, em nossa opinião, é um organismo que também atua como um instrumento de colonialidade, uma vez que a única forma encontrada por esse instituto foi a construção

de um teclado ou sistema operativo que consiste em dois tipos do português varicional: português do Brasil e de Portugal. Isso não só limita que as línguas bantu possam se desenvolver a partir desse instituto, pela ausência de algumas teclas com grafemas bantu, como também perpetua a repressão dessas línguas, evidenciando a colonialidade do poder e do saber.

Posturas linguísticas libertadoras e decoloniais

As posturas linguísticas libertadoras e decoloniais são um conjunto de ações que vão desde a eliminação do paradoxo constitucional, até o reconhecimento de vários movimentos que concorrem para a produção de estudos que denunciam a colonialidade do poder e do saber. São também um reforço da implantação de instituições que valorizem as línguas bantu (planificação e manutenção linguística), como rádios e televisões comunitárias. Igualmente, fomentam o ensino e o letramento das línguas bantu no ensino geral e na alfabetização de adultos, concebendo currículos que se adéquam às línguas moçambicanas de origem bantu. Apoiam a recolha de consensos definitivos para a ortografia bantu, de acordo com as gramáticas disponíveis e reforçam a formação de professores em linguística bantu. Incentivam a expansão das diversas ações lideradas pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) para outras universidades públicas. E atuam na tradução de obras religiosas para as línguas bantu e no alargamento das atividades que se realizam no dia internacional da língua materna.

Na obra *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas*, publicada em 2011, Ngunga e Faquir fazem uma dedicatória “a todos os moçambicanos que não perdem a esperança de um dia acederem à ciência nas suas línguas maternas”, uma questão renegada pelo passado colonial (através do Estatuto do Indigenato) que começa agora a despontar através de várias consciências, a exemplo deste estudo e de outros. É preciso que se saia de um simples desejo ou sonho, para ações concretas. Isso passa pela revisão não só do estatuto hegemônico do português, mas também pela formação de professores e elaboração e desenvolvimento curricular que dê primazia às línguas nacionais, afastando o “complexo de vira-lata”.

A introdução de algumas posturas linguísticas tem sido a tendência atual de regaste de línguas moçambicanas de origem bantu. A constituição de núcleos de estudos na Universidade Eduardo Mondlane e o ensino bilíngue em algumas escolas primárias moçambicanas são um conjunto de ações que visam à quebra da hegemonia do português. Essa situação deve ser encorajada, porque, para além de vincular o direito linguístico das comunidades, é uma das formas de propiciar uma aprendizagem fácil e rápida a partir da língua materna dos cidadãos.

A comunicação social tem um leque de emissões de programas em línguas nacionais. Porém, a vastidão do país faz com que algumas dessas emissões não abranjam todos os cerca de 30 milhões de moçambicanos, vedando a liberdade de ter as informações nas suas línguas nativas.

As grades de programações, geralmente, têm a ver com conteúdos “enlatados”, cujas produções são controladas pelos financiadores dos programas.

Incrementar novas posturas faria com que a população obtivesse ou resgatasse o seu direito linguístico consagrado pela UNESCO. As estratégias linguísticas do ponto de vista do corpus político e universitário, o uso vernacular na educação e o modelo de interdependência são uma possibilidade de valorização das línguas bantu, pois se inserem na planificação e manutenção linguísticas.

Portanto, o conjunto de ações linguísticas libertárias e decoloniais visa a uma planificação linguística para que todas as línguas, ideologicamente, tenham o mesmo tratamento. Há várias experiências e formas de gerenciar línguas. Por exemplo:

[...] quatro ou maiores grupos indígenas estão envolvidos, a igualdade plena torna-se uma impossibilidade. O assunto do governo central não pode ser tratado em mais de dois idiomas; qualquer tentativa de usar seis idiomas simultaneamente acabaria em um emaranhado sem esperança. Portanto, a única solução é destacar um ou no máximo dois idiomas e desconsiderar os outros. Foi o que se fez na Áustria Imperial e o que se fez mais recentemente na União Soviética e na Índia. Neste último país, a igualdade de 13 idiomas adicionais (entre eles o sânscrito) foi solenemente proclamada na constituição (Kloss, 1969, p. 36, tradução nossa).

Tal como se vê nesse exemplo, como forma de fazer valer o postulado da Constituição da República, poder-se-iam indicar línguas nacionais e línguas oficiais, como também acontece em alguns países da África. Tal postura reflete um pluralismo sociolinguístico, que é umas das formas de promoção da igualdade linguística.

Conclusão

A ideia de trazer à discussão o embate a que as línguas moçambicanas estão sujeitas face ao português, pretende que se estabeleçam um ecossistema e um mutualismo linguístico que permitam a atuação em pé de igualdade na construção de epistemologias tanto eurocentrista, quanto de cosmovisão africana, uma vez que essa é construída nas línguas africanas.

Promover e desenvolver uma língua é uma missão de emancipação e de garantia de direitos humanos. Por isso, há que se reverberar, de forma gradual, a planificação linguística em Moçambique para dar valor às línguas bantu, tal como acontece nos países vizinhos, nomeadamente, Tanzânia e Malawi, onde a fala nacional é feita em *Kiswahili* e *Chichewa*, em muitos círculos sociais e de trabalho. É urgente a oficialização do ensino em línguas moçambicanas e a normalização de um português moçambicano, considerando-se não só as variações como marcadores identitários, como também pensar de forma decolonial, ou seja, lutar contra o linguicídio e o colonialismo da linguagem.

Tomar posturas decoloniais é uma possibilidade de negação da reprodução da diferença colonial, o que deve se consubstanciar na criação de instrumentos linguísticos que agreguem os saberes locais, como dicionários, atlas de línguas bantu, gramáticas, entre outros. As línguas moçambicanas, sociologicamente, existem porque há um povo que as utiliza e nelas arquiva a materialidade coletiva do repertório cultural. Em contrapartida, o linguicídio deve ser visto como um crime intolerável para a sobrevivência das comunidades.

A implantação das instituições de colonialidade de poder visa a promover o caráter reiterado de colonialidade, a reprodução da diferença colonial e a promoção da cultura de negação do outro, o que por consequência gera o epistemicídio.

A importância desse fato é incomensurável quando observamos que a academia nega à África sua historicidade e a classifica como pré-histórica com base na alegação de que seus povos nunca desenvolveram a escrita. Entretanto, “os africanos estão entre os primeiros povos a desenvolver a escrita. Além dos hieróglifos egípcios, existem vários sistemas de escrita elaborados por povos africanos antes da invasão muçulmana, que introduziria a escrita árabe” (Nascimento, 2008, p. 34).

Para todos os efeitos, é necessário descolonizar as práticas que se propõem à destruição do repertório oral por considerá-lo bárbaro. A riqueza cultural não pode mais ser atacada como forma de subjugar o outro. Para isso, é necessário que se valorizem os pictogramas, que são uma “expressão rica e variada, que registra saudações, anedotas, fábulas ou advertências. As casas com paredes pintadas na região ocidental de Camarões ou as sequências de desenhos utilizados pelos *sin'angas* (médicos) de Malawi” (Nascimento, 2008, p. 36). Também as tatuagens *macondes* e *makhuwa* e os desenhos na olaria *yawo*, em Moçambique, são exemplos dessa escrita que se encontra por toda a África. Negar esses fatos, em suma, e impor uma língua e uma cultura alienígenas é, não custa dizermos de novo, uma das formas mais perversas de dominação do outro, porque destrói aquilo que ele tem de mais sagrado depois da existência física: a sua identidade.

Referências

BAVO, Názia; NGUNGA, Armindo. *Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: Editora da UEM, 2011.

BOFF, Frei Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORSTEL, Clarice Nadir Von. *Aspectos do bilinguismo: Alemão/português em Marechal Cândido Rondon – Paraná-SC*. 1992. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras-Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Schwarcz, 1996.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Tradução de SergioTellaroli. São Paulo: Companhia de Bolso Editora, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*-SP. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Imprensa Nacional*, 2004. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>. Acesso em: 21 jan. 2023.

DAMKE, Ciro. *Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der deutschen Sprachinsel in Sudbrasilien*. Frankfurt am Main; Berlin; Bern; New York; Paris; Wien: Lang, 1997.

GÓMEZ, Miguel Buendia. *Educação moçambicana – História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

KLOSS, Henz. *Research possibilities on group bilingualism: A report*. International Centre for Research on Bilingualism. Quebec: ERIC, 1969.

LATOUCHE, Serge. A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente? *Revista Espaço Plural*, Paraná, vol.XIV, n. 28, p. 175-195, jan./jun. 2013. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944241009>. Acesso em:23 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Significados e intenções. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.p. 29-54.

NÚCLEO DE ESTUDO DAS LÍNGUAS MOÇAMBICANAS (NELIMO). *I Seminário sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas*. Maputo: INDE-UEM/NELIMO, 1989.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas*: Relatório do III Seminário. Maputo: Editora da CEA/UEM, 2011.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NGUNGA, Armindo. *Elementos de gramática da língua yao*. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

NGUNGA, Armindo. As línguas bantu de Moçambique. *Limani*, Maputo, v.2, p. 59-70, 1987.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, v.11, n.21, p. 59-72, jul./dez.2016.

PRATT, Mary Louise. Art of the Contact Zone. *Modern Language Association*, p. 33-40, 1991.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 22 de jan. 2023.

RAVETTI, Graciela. Narrativas performáticas. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia (org.). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p. 47-68.

SITOE, Bento; NGUNGA, Armindo. *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO, 2000.

SOARES, Luis Eustáquio. *Literatura, Lacan e o Comunismo*. Vitória: JEP, 2016.

TAYLOR, Diana. Encenando a memória social: Yuyachkani. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia (org.). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p. 11-45.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 16 jul.2022.

WEINREICH, Uriel. *Language in Contact*. New York: Linguistic Circle & The Hague, 1953.

The Portuguese Coloniality in Mozambique: Clashes in the Development of Bantu Languages

ABSTRACT:

*The Constitution of the Republic of Mozambique defends the valorization of Mozambican languages of Bantu origin, a linguistic planning scenario that, *a priori*, is favorable to their development and teaching. However, the gap between these local languages and the Portuguese language appears to be greater, as the latter is seen as a language of teaching, of national unity and of administrative character, which gives it a strong status compared to the others. In this context, this paper aims to discuss aspects of the linguistic policy established in the country, the results of which show that, given the hegemony of Portuguese, the percentage of speakers of this language increases from year to year, with the implementation of linguistic control institutions, which will eternalize the coloniality of power, knowledge and language, embodied in epistemicide and linguicide and, consequently, in the elimination of the people's culture. Therefore, teaching, promoting and maintaining the native languages of people is a matter of human right, as natural languages are a collectively constituted reality and it is in the community that they are available for individual use as an instrument of unity, identification, communication and expression creator. The rights of all linguistic communities as equals must be defended, regardless of their legal status (UNESCO, 1996).*

Keywords: Coloniality. Eurocentrism. Bantu Languages. Portuguese.